



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

**PREGÃO Nº 02/2023**

**(Processo Administrativo nº 00091.001686/2022-06)**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia para realizar serviços de conservação, manutenção e reparo em áreas do bloco U, localizado na Sede da Agência Brasileira de Inteligência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Identificação CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Estimado
1	Contratação de empresa especializada de engenharia para realizar serviços de conservação, manutenção e reparo em áreas do bloco U da Sede da Agência Brasileira de Inteligência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.	1627 - Manutenção/reforma predial	UNIDADE	1	R\$ 1.668.245,60

- 1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global (EPG).
- 1.5. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, ao passo que o prazo de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias corridos após a data autorizada na ordem de serviço.
- 1.5.1. Os prazos de vigência e de execução contratuais poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei 8.666/1993, mediante termo aditivo.
- 1.5.2. O prazo acima previsto engloba:
- 1.5.2.1. O prazo disponibilizado à Contratada para que providencie toda a documentação necessária à emissão da Ordem de Início dos Serviços, de até **15 (quinze) dias**, contados da assinatura do Contrato;
- 1.5.2.2. O prazo de análise, pela Fiscalização, da documentação apresentada, de até **5 (cinco) dias**, contados do seu recebimento completo;
- 1.5.2.3. O **prazo de execução** dos serviços, de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados da expedição da Ordem de Início dos Serviços;
- 1.5.2.4. O prazo necessário para os procedimentos de **Recebimento Provisório do Objeto**, de até **15 (quinze) dias**, contados da notificação de conclusão realizada pela Contratada à fiscalização, conforme requisitos definidos em seção própria deste Termo de Referência (TR);
- 1.5.2.5. O prazo para a correção de eventuais pendências, apontadas à Contratada, de até **15 (quinze) dias**, contados da emissão do relatório pela fiscalização;
- 1.5.2.6. O prazo para a realização do pagamento da última fatura, apresentada pela Contratada após a autorização da fiscalização, de até **30 (trinta) dias**, contados do Recebimento Provisório do Objeto, através do ateste da última nota fiscal; e
- 1.5.2.7. O prazo de **Recebimento Definitivo do Objeto**, de até **30 (trinta) dias**, contados da assinatura do Termo Recebimento Provisório do Objeto.
- 1.5.3. Caso a Contratada julgue não poder concluir os serviços dentro do prazo de execução previsto, esta deverá expor os motivos à fiscalização, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu término, sendo necessária a celebração de Termo Aditivo para eventual dilação de prazo de execução e vigência previstos no contrato.
- 1.5.3.1. A exposição acima não representa garantia de aceitação dos motivos de dilação de prazo pela administração, mas sim que o pleito será analisado, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas neste TR.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 0568690), apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 0568690), apêndice deste Termo de Referência.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o disposto dos dispositivos abaixo:
- 5.2. A proposta a ser apresentada pelas Licitantes deverá conter obrigatoriamente a descrição dos serviços e seguir o modelo a ser fornecido pela Administração, observando, rigorosamente, as especificações constantes no Termo de Referência, e seus documentos anexos, consultando previamente a equipe de fiscalização sempre que houver dúvidas.
- 5.2.1. Os documentos técnicos (projetos, especificações técnicas e orçamento de referência) foram desenvolvidos pela equipe da Coordenação de Engenharias e Obras e deverão ser seguidos impreterivelmente em todos os detalhes.
- 5.2.2. Caso seja necessária qualquer alteração, deverá haver consulta prévia e autorização expressa da fiscalização para que se aceite qualquer modificação.
- 5.2.3. Os serviços devem ter os padrões de acabamento especificados, utilizando materiais de primeira qualidade e equipes treinadas e com experiência nas atividades englobadas pelo Contrato, resultando em um produto final de primeira qualidade.
- 5.2.4. Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pela Licitante/Contratada, antes e durante a execução dos serviços, devendo, antes de qualquer decisão, consultar a Contratante, informando, em momento oportuno, qualquer dúvida, divergência, incoerência, falha, omissão ou necessidade de modificação constatada, expondo seu parecer técnico sobre o assunto e aguardando sua deliberação e aprovação.
- 5.2.5. A modalidade de execução dos serviços será o de **empreitada por preço global** e o critério de julgamento da proposta mais vantajosa será o de **maior desconto**, que incidirá **de forma linear sobre a totalidade dos itens** constantes do orçamento estimado."
- 5.2.5.1. A opção pela empreitada por preço global se justifica devido à possibilidade de definir previamente, conforme projetos de engenharia em elaboração, os quantitativos e as características dos serviços a serem executados, com nível de precisão suficiente, viabilizando a contratação do serviço por preço certo e total, caracterizado por etapas a serem concluídas, otimizando os recursos, inclusive humanos, da Administração durante a gestão e fiscalização do Contrato.
- 5.2.5.2. Conforme definido no art. 47 da Lei nº 8.666/93, a Administração fornecerá, junto ao Edital, todos os elementos e informações necessários para que os Licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

5.2.5.3. Para conferir maior segurança à contratação e para otimizar a análise das propostas a serem apresentadas, optou-se pelo critério de julgamento **maior desconto**, previsto no **art. 7º do Decreto nº 10.024/2019**. Apesar de a presente contratação ser regida pela Lei de nº 8666/1993, o critério encontra-se previsto na Nova Lei de Licitações, a Lei nº 14133/2021, principalmente, em seu art. 6º, inciso XLI (existindo outras citações). O tema - i.e., a utilização do critério de julgamento maior desconto para a contratação de obras e serviços de engenharia foi amplamente estudado pelo professor Hamilton Bonatto, conforme artigo "O critério de maior desconto linear sobre planilha orçamentária de obras e serviço de engenharia", no qual discorre sobre a utilização do critério proposto, inclusive com abordagem da jurisprudência e da legislação aplicável.

5.2.6. O serviço tem **escopo definido e não possui natureza continuada**.

5.2.7. A Contratada deverá seguir, de forma não exaustiva, as seguintes práticas de sustentabilidade:

5.2.7.1. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas técnicas sobre resíduos sólidos, bem como as Leis, os Decretos, as resoluções e as Instruções Normativas correlatas.

5.2.7.2. Adotar medidas que busquem a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos.

5.2.7.3. Adotar medidas que garantam o manuseio e o armazenamento ambientalmente adequado dos resíduos gerados.

5.2.7.4. Dispor os resíduos gerados em local ambientalmente adequados, com a devida comprovação, a ser apresentada à fiscalização, do Controle de Transporte de Resíduos (CTR).

5.2.7.5. Monitorar continuamente a existência de desperdício de água e de energia elétrica, adotando, de ofício ou a pedido da fiscalização, as ações necessárias para a sua correção.

5.2.7.6. Adotar, durante a execução dos serviços, medidas que evitem o desperdício de energia elétrica e de água tratada, bem como sua utilização de forma eficiente, adotando, sempre que possível, as medidas abaixo listadas, de forma não exaustiva:

a) Utilização de equipamentos com maior eficiência energética, tais como lâmpadas LED.

b) Utilização de equipamentos com maior eficiência de consumo de água potável, tais como caixas acopladas de duplo acionamento e equipamentos com fechamento automático.

c) Utilização de redutores de vazão nos pontos de alimentação de água.

5.2.8. A solução a ser adotada para a conservação, o reparo e a readequação dos espaços encontra-se consolidada, conforme processos anteriores, desta e de outras Administrações, com forma e condições de execução dos serviços bem definidas e solidificada em diversas contratações junto a empresas privadas de engenharia, o que indica a sua adequação aos requisitos e padrões de mercado, sem se observar mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na sua forma atual, razão pela qual optou-se por repetir o modelo já vigente e comum para este tipo de contratação, técnica e economicamente viável.

5.2.8.1. Considerando tratarem-se de serviços comuns de engenharia, não foi vislumbrada dificuldade para o atendimento das demandas previstas no futuro Contrato pelo mercado local, fato que possibilitará a ampla concorrência entre os Licitantes. Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

5.2.9. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

5.2.10. As normas constantes deste Termo de Referência e de seus anexos não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais/distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho.

5.2.11. Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, do seu engenheiro ou arquiteto responsável técnico e do seu encarregado técnico, devendo seguir as exigências deste TR e seus documentos anexos, nos termos dos artigos 69, 70 e 71 da Lei 8.666/1993.

5.2.12. A Contratada deverá garantir a integridade da estrutura após a realização dos serviços, inclusive de elementos estruturais, respondendo por quaisquer danos subsequentes, resultantes dos serviços executados.

5.2.12.1. Eventuais danos às instalações da Contratante, em virtude dos serviços realizados pela Contratada, são de responsabilidade desta.

5.2.13. Deverão ser considerados códigos, leis, decretos, portarias, instruções, resoluções ou qualquer outra peça que compõe as legislações federal, estadual, distrital ou municipal, inclusive documentos do sistema CREA/CONFEA e das concessionárias de serviços públicos, bem como o Manual de Obras Públicas - Edificações - Práticas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio (SEAP).

5.2.14. Deverão ser consideradas, em conjunto com o estipulado neste documento e em seus documentos anexo, as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - que com o objeto contratado guardarem relação, sejam elas de execução, de desempenho, de especificação, de métodos de ensaio, d e terminologia, de padronização ou de simbologia, notadamente as normas listadas no CEET, de forma não exaustiva.

5.2.15. Da mesma forma, deverão ser consideradas as diretrizes contidas nas Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.2.16. Em caso de omissão, poderão ser utilizadas diretrizes de normas internacionais ou normas/recomendações dos fabricantes dos produtos utilizados.

5.2.17. Os serviços realizados devem contar com a garantia mínima fornecida pelo seu respectivo fabricante, sem ônus adicional à Contratante, correndo o prazo de garantia a partir do Recebimento Definitivo do Objeto.

5.2.17.1. Serão substituídos, sem ônus, para o Contratante e por conta da Contratada, quaisquer peças que, dentro desse prazo, apresentem defeitos de fabricação ou montagem.

5.2.18. Adicionalmente, os serviços deverão possuir a garantia prevista no art. 618 da Lei 10.406/2002.

5.2.19. Em caso de divergência entre os documentos que integram esta licitação, a Contratante deverá ser consultada para definição da solução adequada.

5.2.20. Toda e qualquer modificação, inclusive acréscimos, introduzida no objeto de contratação somente serão reconhecidas e aceitas com prévia e expressa autorização da fiscalização, registrando a ocorrência no Relatório Diário de Ocorrências (RDO) dos serviços.

5.2.21. A Contratada deverá garantir condições de salubridade ambiental, ou seja, deverá entregar ambientes estanques à água, evitando acúmulo de umidade e proliferação de insetos e microrganismos.

5.2.22. A Contratada deverá empregar materiais que resistam a solicitações de montagem ou manutenção, ou seja, que suportem as cargas transmitidas por pessoas e objetos nas fases de montagem ou de manutenção.

5.2.23. Os materiais aplicados não devem apresentar falhas, trincas, fissuras, amassados, sinais de oxidação, recortes sem ferramentas adequadas ou qualquer outro sinal que indique o comprometimento do seu desempenho.

5.2.24. Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com o Termo de Referência e seus documentos anexos, em especial o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

5.2.25. Toda mão de obra deverá ser fornecida pela Contratada, devendo ser dotada de experiência e qualificada para a execução do objeto contratado.

5.2.26. Todos os materiais e ferramentas necessários à execução do Contrato deverão ser fornecidos pela Contratada, incluindo escadas, furadeiras, chaves de fenda ou qualquer outra ferramenta demandada pelo serviço.

5.2.27. Todos os equipamentos de proteção individual - EPI - e de proteção coletiva - EPC - deverão ser fornecidos pela Contratada aos seus colaboradores, certificando-se de que os mesmos sejam utilizados durante toda a execução dos serviços.

5.2.28. Na execução dos serviços, a Contratada deverá proteger paredes, forros, pisos, móveis, grades, vidros, instalações e demais elementos existentes nos locais de execução dos serviços, com lonas, espuma, placas de madeira compensada e outros materiais adequados, de modo a evitar quaisquer danos ou inconvenientes.

5.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da Contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

## 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, junto à Coordenação de Engenharia e Obras (COENG), preferencialmente, pelos e-mails 11945@abin.gov.br; 12420@abin.gov.br e dal.engenharia@abin.gov.br. Alternativamente, o agendamento poderá ser realizado por meio dos telefones (61) 3445-9642 ou 3445-9104.

7.1.1. A correspondência eletrônica deverá ser encaminhada aos três endereços acima relacionados.

7.1.2. O assunto da correspondência eletrônica deve indicar o edital de licitação, o seu objeto e a razão social da licitante, conforme exemplo abaixo:

7.1.3. **Exemplo:** Assunto - Vistoria para Licitação - Edital ####/2022 - Conservação, readequação e reparo do bloco U [Razão Social da Licitante]

7.1.4. O corpo da correspondência eletrônica deve indicar o interesse da licitante em vistoriar o local onde serão realizadas as atividades, indicando a data e o horário desejados para realizar a visita, bem como os dados (nome, função, CPF e RG) dos visitantes.

7.1.5. A Contratante, verificando a inexistência de outras vistorias agendadas para o mesmo período, indicará a viabilidade ou não da realização da visita no período solicitado e, em caso negativo, indicará a data e o horário mais próximo disponível.

- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 7.6. Realizada a visita/vistoria, a COENG emitirá **Declaração de Vistoria**, conforme modelo (SEI nº 0635822), anexo deste Termo de Referência, atestando por escrito que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.
- 7.7. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria, deverá apresentar **Declaração de Não Vistoria**, conforme modelo (SEI nº 0635820), anexo deste Termo de Referência, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente os serviços contratados, conforme determinações deste Termo de Referência e seus anexos.
- 7.7.1. A Licitante que optar por não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar a sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, enquadrando a necessidade de eventuais alterações como alea ordinária, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.
- 7.8. De qualquer forma, realizando ou não a vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e/ou do grau de dificuldade existentes para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.
- [Dispositivo criado para deixar claro os efeitos da opção de não vistoriar (ou de vistoriar de forma displicente) os locais de execução dos serviços]*
- 7.9. Em qualquer caso, durante a fase de habilitação do certame e para fins de verificação da proposta vencedora, deverá ser obrigatoriamente apresentada a respectiva declaração (de Vistoria ou de Não Vistoria).

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**  
**DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 8.1. De forma sintética, devem ser executados, de acordo com as características previstas em seus respectivos projetos, serviços de:
- 8.1.1. Demolição e disposição final, ambientalmente adequada, de elementos existentes diversos, tais como, mas sem se limitar a: forros, tomadas, interruptores, esquadrias (grades, alambrados, janelas e portas), equipamentos e acessórios (louças, metais, espelhos, etc.), bancadas (em pedra e em metal), divisórias, revestimentos (em pintura e em cerâmica), alvenarias, argamassas (de piso e de parede), rodapés, pavimentos (em concreto e em paralelepípedo, inclusive meio-fio), árvores (inclusive suas raízes) e demais elementos cujas remoções sejam necessárias para modificar os ambientes, de acordo com os projetos elaborados;
- 8.1.2. Execução de alvenarias, inclusive vergas e contravergas das suas aberturas;
- 8.1.3. Execução e teste de novas instalações hidrossanitárias, inclusive elementos de manobra (registros) e de inspeção (caixas de passagem);
- 8.1.4. Execução e teste de novas instalações elétricas, inclusive elementos de controle (quadros elétricos, gerais e/ou parciais, e seus elementos de manobra e de proteção), de distribuição (canaletas, perfilados, eletrodutos, cabos, e seus respectivos complementos e conexões); de utilização (tomadas e interruptores) e de inspeção (caixas de luz e espelhos cegos);
- 8.1.5. Execução e teste de novas instalações de rede lógica, inclusive elementos de infraestrutura (canaletas, perfilados, eletrodutos e seus respectivos complementos e conexões), de distribuição (cabos de rede); de utilização (tomadas) e de inspeção (caixas de luz e espelhos cegos);
- 8.1.6. Execução de revestimentos argamassados (chapisco, emboço e reboco; ou chapisco e massa única), regularizando as superfícies (novas e existentes) e preparando-as para receber os seus respectivos revestimentos decorativos;
- 8.1.7. Execução de impermeabilização em argamassa semiflexível, inclusive com reforço em véu de poliéster;
- 8.1.8. Execução de revestimentos de piso cerâmicos, inclusive rodapés, em porcelanato técnico natural e retificado, com utilização de espaçadores e cunhas de nivelamento;
- 8.1.9. Execução de revestimentos de parede cerâmicos, esmaltado e retificado, inclusive a proteção de quinas/cantos com perfil plástico e utilização de espaçadores e de cunhas de nivelamento;
- 8.1.10. Execução de revestimentos de parede em pintura, em superfícies diversas (grades, alambrados, paredes, pilares, vigas, etc.), inclusive suas camadas de preparação (seladores, massas de nivelamento, pinturas de proteção - zarcão -, etc.);
- 8.1.11. Execução de soleiras em granito cinza-andorinha (espessura = 2cm), de faces polidas, inclusive elementos com inclinações para acessibilidade;
- 8.1.12. Execução de peitoris em granito cinza-andorinha (espessura = 2cm), de faces polidas, com pingadeiras;
- 8.1.13. Execução de divisórias em granito cinza-andorinha (espessura = 2,50cm), de faces polidas, inclusive elementos de fixação e de estabilidade;
- 8.1.14. Execução de bancadas em granito cinza-andorinha (espessura = 2,00cm), de faces polidas, inclusive saias e rodabancadas/frontões (altura = 10,00cm; espessura = 2,00cm) e elementos de fixação e de estabilidade;
- 8.1.15. Instalação de esquadrias diversas (portas, janelas, painéis - de portas e janelas-, e boxes de chuveiro), com tipologias (de abrir, de correr, fixa, veneziana, grade, alambrado, etc.) e materiais (ferro, madeira ou alumínio) diversos, inclusive vidros de proteção (temperados), ferragens e elementos de manobra (fechaduras, chaves, dobradiças, cadeados, etc.), acabamentos (em pintura, em verniz, natural, com proteção antioxidante - zarcão -, etc.) e películas;
- 8.1.16. Execução de forros modulado, em placas de fibromineral, inclusive elementos e estrutura de fixação e de estabilidade;
- 8.1.17. Instalação de divisórias moduladas, com painéis cegos (módulos de 90cm; espessura final de 80mm; acabamento em MDF de 15mm) e estrutura em perfis de alumínio extrudado eletrificáveis, com instalação piso-teto, inclusive suas portas (de abrir, simples e dupla);
- 8.1.18. Instalação de equipamentos e acessórios sanitários diversos (louças, metais, acessórios, espelhos, etc.);
- 8.1.19. Execução de passeios em concreto armado e revestimento em pedra (tipo Pirenópolis), inclusive sua estrutura de telhamento (estacas, blocos e pilares em concreto; vigas metálicas; e telhamento);
- 8.1.20. Execução de estacionamento em paralelepípedo, inclusive sua estrutura de pavimentação (preparo do solo e disposição de componentes granulares) e serviços de acabamento (sinalização vertical e horizontal de vagas);
- 8.1.21. Fornecimento de projetos *As Built*;
- 8.1.22. Fornecimento de reservas técnicas dos revestimentos cerâmicos, de piso e de parede, aplicados;
- 8.2. Os projetos de engenharia (SEI nº 0635805 - Arquitetônico; 0635806 - Estrutural; 0635807 - de Instalações Hidrossanitárias; 0771326 - de Instalações Elétricas e de Rede), o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (CEET) (SEI nº 0635803) e a Planilha Orçamentária Completa (SEI nº 0771121), anexos deste TR, contém o detalhamento do objeto.
- 8.2.1. Em caso de divergências, deverão ser adotadas, de forma prioritária, as prescrições e características dos projetos de engenharia e, de forma subsidiária, do CEET, sendo a Planilha Orçamentária a última referência, a ser utilizada para resolução de eventuais lacunas dos documentos anteriores.

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- 8.3. Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, representada pelo responsável técnico por ela alocado no Contrato, devendo ser desenvolvidos de forma que o produto final atenda rigorosamente às exigências deste TR e todos os seus instrumentos anexos, das normas técnicas vigentes (nacionais e internacionais), das normas de concessionárias, das normas do corpo de bombeiros (CBMDF), das recomendações de fabricantes e fornecedores, e de toda a legislação federal e distrital, inclusive as de caráter ambiental.
- 8.3.1. A Administração, a seu exclusivo critério, poderá aceitar o atendimento a normas diversas das especificadas neste Termo de Referência e em seus anexos, desde que reste comprovada a equivalência ou superioridade técnica da nova solução quando comparada ao que está sendo inicialmente exigido.
- 8.4. Todo o entulho e os resíduos gerados devem ser periodicamente acondicionados e transportados para local apropriado dentro do canteiro, aguardando momento oportuno de transporte externo e destinação adequada, conforme legislação local e federal.
- 8.4.0.1. A Contratada deverá apresentar uma via do Certificado de Transporte de Resíduos (CTR) à fiscalização, comprovando a destinação adequada dos resíduos.
- 8.4.0.2. Nenhum entulho poderá ser retirado dos locais de trabalho antes da emissão e entrega à fiscalização do correspondente CTR.
- 8.4.0.3. Os entulhos deverão ser dispostos em recipientes intermediários ou carregados diretamente em caminhões ou similares, sendo totalmente vedado deixá-los expostos no gramado da edificação, no interior desta ou sem condicionamento adequado.
- 8.4.1. É de total responsabilidade da Contratada a guarda e a conservação de materiais, acessórios, peças e aparelhos, inclusive os de sua posse, durante a execução dos serviços, até a emissão do Termo de Recebimento Provisório do Objeto.
- 8.4.1.1. Eventuais perdas por furto e/ou roubo de materiais serão consideradas decorrentes de falhas gerenciais da Contratada na condução do contrato, constituindo-se em risco exclusivo desta.

- 8.5. O Contrato será gerido por um fiscal titular e, em sua ausência, por um fiscal substituto, devendo toda e qualquer comunicação ser realizada direta e exclusivamente com eles, por escrito, inclusive via e-mail, com registro de ocorrências relevantes no Relatório Diário de Ocorrências (RDO), inclusive eventuais comunicações verbais.
- 8.5.1. O procedimento de verificação dos serviços será realizado periodicamente, in loco, pelos fiscais do contrato com base neste TR e seus documentos anexos.
- 8.5.2. Não serão reconhecidas ocorrências sem o registro formal, conforme procedimento acima.
- 8.5.3. A fiscalização rejeitará, do todo ou em parte, serviço em desacordo com as especificações que constam neste TR e seus instrumentos anexos, nos termos do art. 76 da Lei n° 8.666/1993.
- 8.5.4. Os serviços que não atenderem aos requisitos técnicos de execução e de qualidade serão considerados insatisfatórios e deverão ser corrigidos, sem ônus adicional à Contratante.
- 8.5.5. Ao verificar erros de execução ou serviços insatisfatórios, os fiscais notificarão a Contratada para que os erros sejam corrigidos de modo a não comprometer a execução e a qualidade do serviço.
- 8.6. Todo elemento recoberto, enterrado ou embutido deverá ser previamente analisado, aprovado e liberado pela fiscalização. Serviços que não seguirem esse procedimento, dada a impossibilidade de verificação da qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, poderão ser rejeitados, devendo a Contratada refazê-los, sem ônus adicional à Contratante.
- 8.6.1. Dessa forma, é fundamental que a Contratada mantenha a fiscalização informada, notadamente por meio dos RDOs, possibilitando que as atividades de fiscalização sejam planejadas e compatibilizadas com o andamento dos serviços, em benefício do cumprimento do prazo de execução previsto em contrato.

**DO INÍCIO DAS ATIVIDADES**

- 8.7. A execução dos serviços deverá ser iniciada logo após a emissão da Ordem Início dos Serviços (OS), conforme data estipulada no documento, encontrando-se o Contrato assinado e quando as condições climáticas assim permitirem, se for o caso.
- 8.7.1. A Contratada não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na OS.
- 8.7.2. A OS somente será emitida após a apresentação e conferência das devidas Anotações/Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), referentes ao objeto do contrato e suas especialidades pertinentes, nos termos da legislação aplicável (Leis ns° 6.496/77 e 12.378/2010).
- 8.7.2.1. Os referidos documentos deverão ser apresentados em até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, estando condicionada ainda à conferência e à aprovação das informações neles discriminadas.
- 8.7.2.2. Em caso de falha ou erro em qualquer documento, a OS não será emitida pela fiscalização até as devidas regularizações.
- 8.7.3. Para emissão da OS, será realizada Reunião Inicial, esclarecendo pontos relevantes, tais como:
- a) o objeto do contrato;
- b) a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer primordialmente entre o fiscal do contrato e o preposto da Contratada;
- c) as providências previstas para a inserção da Contratada no órgão (ocupação de espaço físico, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás e concessão de perfis de acesso ao órgão);
- d) o modelo de execução do objeto;
- e) o modelo de gestão do contrato;
- f) o cronograma de execução física dos serviços;
- g) os procedimentos de faturamento e de pagamento;
- h) as formas de recebimento provisório e definitivo;
- i) as sanções e glosas aplicáveis; e
- j) demais assuntos relevantes e pertinentes para a execução contratual.
- 8.7.3.1. De acordo com a necessidade e ao longo da execução contratual, poderão ser agendadas Reuniões para tratar de temas específicos.

**DOS HORÁRIOS PERMITIDOS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES**

- 8.8. Os serviços deverão ser desenvolvidos durante o expediente regular da Contratante: das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira.
- 8.8.1. Em casos excepcionais, a Contratada poderá solicitar, por escrito e acompanhado das devidas justificativas técnicas, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a execução de serviços fora do expediente regular da Contratante.
- 8.8.2. A autorização estará condicionada à expressa autorização do órgão, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência da Contratada.
- 8.8.3. São requisitos para o deferimento da solicitação:
- 8.8.3.1. O potencial impacto das atividades no regular funcionamento do órgão e no desenvolvimento das atividades dos seus servidores;
- 8.8.3.2. A descrição, pela Contratada, de todas as atividades que serão desenvolvidas, sendo vedado o desenvolvimento de atividades que não possam ser posteriormente verificadas, tais como, de forma exemplificativa, serviços embutidos e/ou encobertos por serviços subsequentes.
- 8.8.3.3. A descrição, pela Contratada, de todos os locais em que serão desenvolvidas atividades, sendo vedado o desenvolvimento de atividades em múltiplas localidades.
- 8.8.3.4. A relação completa, pela Contratada, de todos os funcionários a serem mobilizados, devendo haver variação do efetivo que justifique o desenvolvimento de atividades em horário diverso do anteriormente previsto.

**DOS LOCAIS ONDE SERÃO DESENVOLVIDOS SERVIÇOS:**

- 8.9. Os serviços serão desenvolvidos em ambientes do térreo e do mezanino do Bloco U, inclusive áreas externas, localizado na Asa Sul, SPO, Área 05, Quadras 1 e 2 do complexo sede da Abin em Brasília/DF.

**DAS AUTORIZAÇÕES DE ENTRADA NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE (RELAÇÕES NOMINAIS E AGENDAMENTOS):**

- 8.10. A Contratada deverá apresentar relação nominal completa de todos os seus colaboradores, inclusive subcontratados, quando for o caso, discriminando os seguintes dados: nome completo, CPF, RG, função, tipo de mobilização (imediata ou reserva), tipo de contratação (própria ou subcontratada), conforme modelo (SEI n° 0635824), anexo deste TR.
- 8.10.1. Deverão ser apresentados os respectivos atestados de saúde ocupacional (ASO's), fichas de controle/de distribuição de EPI's, e demais documentações que comprovem a aptidão e o treinamento dos funcionários para desenvolver as atividades (e.g., em altura, em instalações elétricas, etc.).
- 8.10.2. Caso julgue ser necessário, a relação deverá conter ainda as informações dos veículos (modelo, cor, placa, etc.) da Contratada e dos seus funcionários.
- 8.10.3. A permanência (i.e., fora do expediente regular da Contratante) de veículos da Contratada nas dependências da Contratante deverá ser solicitada à fiscalização, acompanhada das devidas justificativas, a serem analisadas e aprovadas, de acordo com critérios de oportunidade e de conveniência, pela Segurança Orgânica da Contratante.
- 8.11. A Contratada deverá atualizar a relação encaminhada, de forma tempestiva, comunicando a fiscalização em tempo hábil para a tomada de providências, com antecedência não inferior a 2 (dois) dias úteis, sob pena de não ser autorizada a entrada dos funcionários e veículos a serviço da Contratada.
- 8.12. As relações encaminhadas passarão por pesquisa de antecedentes, realizada pela Segurança Orgânica da Contratante, e somente serão autorizados a adentrar no órgão após a aprovação da referida unidade.
- 8.12.1. Caso reprovados, os funcionários não serão autorizados a permanecer nas dependências da Contratante, devendo ser substituídos pela Contratada.
- 8.12.2. A fiscalização poderá também solicitar a substituição ou retirada de qualquer funcionário que apresente imperícia, imprudência ou negligência no cumprimento de suas tarefas; ou que venha a causar insegurança, transtornos, embaraços ou constrangimentos a atuação da fiscalização, sendo dever da Contratada providenciar a imediata substituição ou retirada do mesmo, não podendo o mesmo voltar a atuar no contrato durante a sua vigência.
- 8.12.2.1. Caso solicitado pela Administração, a Contratante deverá apresentar também atestados de antecedentes criminais e de distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.
- 8.13. A entrada de fornecedores diversos, cuja entrada, a serviço da Contratada, se dê de forma esporádica, será alvo de agendamento prévio, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, informando-se o nome e o CPF do motorista (e seus ajudantes, conforme o caso); os dados do veículo (modelo, cor, placa, etc.); a data e o horário da entrega; o material a ser entregue; e o nome do fornecedor, conforme modelo, anexo deste TR.
- 8.14. À época da vistoria, os funcionários agendados deverão trajar uniforme apropriado e portar documento de identificação com foto.
- 8.15. Não será admitida a entrada de qualquer pessoa, carro ou fornecedor que não siga as exigências acima descritas, salvo em casos excepcionais, justificados pela Contratada e aceitos pela Contratante, de acordo com critérios de oportunidade e de conveniência.

**DO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO (ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA CONTRATADA):**

- 8.16. Deverão ser alocados no contrato:
- 8.16.1. **1 (um) engenheiro civil ou arquiteto pleno**, preposto e responsável técnico da empresa, com ART/RRT registrada, com jornada mínima de **6 (seis) horas semanais** e não inferior a **1 (uma) hora diária na modalidade presencial**, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, sendo o responsável pela interlocução entre Contratante e Contratada, vedada a utilização de profissionais sem qualificação comprovada, tais como estagiários, aprendizes ou afins.
- 8.16.1.1. O profissional deverá ser o mesmo que consta nos documentos apresentados junto à proposta da licitante, para fins de habilitação técnica, sendo permitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, autorizada pela Contratante.
- 8.16.1.2. Caso o profissional não detenha a competência técnica para o acompanhamento dos serviços, deverá ser substituído, de forma imediata e sem ônus para a Contratante.
- 8.16.1.3. O responsável técnico deverá:
- a) Acionar a fiscalização sempre que houver dúvidas durante a execução dos serviços, de forma a dirimi-las antes da execução, sob o risco de refazer os serviços em desconformidade, sem ônus para a Contratante;
  - b) Acionar a fiscalização de forma a atestar a conclusão dos serviços para fins de medição, de teste ou de recebimento do objeto;
  - c) Preencher e disponibilizar à fiscalização, diariamente e ao final de cada jornada de trabalho, os Relatórios Diários de Ocorrências (RDOs), adequadamente preenchidos, **durante toda a duração do contrato, até o Recebimento Provisório do Objeto;**
  - d) Planejar o adequado desenvolvimento das atividades contratadas, de acordo com a legislação, com as normas técnicas e com as boas práticas de engenharias;
  - e) Apresentar, conforme definido junto à fiscalização, programações semanais ou quinzenais dos serviços a serem executados;
  - f) Apresentar, conforme definido junto à fiscalização, layout de canteiro e de centrais de produção, possibilitando a tomada de providências, quando necessárias, pela fiscalização;
  - g) Garantir o adequado planejamento das atividades e do fornecimento de insumos (materiais, equipamentos, ferramentas, etc.), evitando atrasos na conclusão dos serviços.
- 8.16.2. **1 (um) encarregado geral**, em tempo **integral**, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, sendo o responsável pela gerenciamento e coordenação dos serviços em campo, orientando a mão de obra durante a execução do contrato e garantindo o uso contínuo de uniforme e de equipamentos de proteção (individual e coletiva).
- 8.17. Os profissionais citados nos itens anteriores deverão seguir os regimes de tempo especificados, **durante toda a duração do contrato, até o Recebimento Provisório do Objeto.**
- 8.18. Os profissionais citados nos itens anteriores deverão ser formalmente designados pela Contratada.

**DA EQUIVALÊNCIA TÉCNICA**

- 8.19. As especificações técnicas contidas neste TR e em seus documentos anexos preveem marcas e modelos de **referência técnica** que poderão ser substituídos por outros, desde que comprovada a sua **equivalência técnica** com a especificação original.
- 8.19.1. Será considerado equivalente técnico o material que desempenhar função construtiva idêntica, com mesmo grau de qualidade e com as mesmas características inicialmente exigidas, estando o seu custo de acordo com o mercado.
- 8.19.2. Caso não haja indicação explícita de marcas e modelos de referência a serem utilizados, a Contratada deverá consultar a fiscalização antes de realizar a respectiva aquisição, sob pena de rejeição dos materiais empregados.
- 8.20. A licitante deverá indicar as marcas e modelos dos materiais cotados em sua proposta, caso contrário restará entendido que esta estará empregando as marcas e modelos descritos nos anexos deste TR.
- 8.21. A Contratada submeterá previamente à aprovação da fiscalização toda e qualquer alternativa de aplicação de materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços objeto do Contrato, devendo comprovar rigorosamente a sua equivalência, de conformidade com os requisitos e condições estabelecidas neste TR e seus anexos.
- 8.21.1. Caberá à Contratante decidir sobre a equivalência técnica, de forma motivada, podendo, inclusive, exigir da Licitante/Contratada a apresentação de amostras para testes e diligências, sem ônus adicional à Contratante.
- 8.21.2. A Contratada deverá providenciar, tempestivamente, todos os elementos que subsidiem a análise da qualidade do material a ser empregado, bem como as evidências da sua equivalência técnica com o material originalmente especificado, sem ônus adicional à Contratante.
- 8.21.3. Produtos de qualidade inferior aos especificados ou que não atendam às normas técnicas serão rejeitados e, caso já adquiridos e/ou instalados sem prévia e expressa autorização, por escrito, da fiscalização, deverão ser substituídos, sem ônus adicional à Contratante.
- 8.21.4. A qualquer tempo, a Administração, a seu critério exclusivo, poderá solicitar amostra dos materiais aplicados, podendo, inclusive, exigir laudos técnicos dos fabricantes.
- 8.21.4.1. Caso tenham sido exigidas amostras, depois de verificadas pela fiscalização, estas serão conservadas no canteiro de serviço até o final dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais anteriormente fornecidos ou empregados.
- 8.21.5. Uma vez aprovados, os métodos e/ou materiais a serem utilizados e suas condições de execução, os demais lotes/partidas ainda ficarão sujeitas à aceitação da fiscalização.
- 8.21.6. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da Contratada e sem ônus adicional para a Contratante, nos termos do art. 75 da Lei n° 8.666/1993.
- 8.21.7. Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar ainda a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos.
- 8.21.8. Qualquer modificação necessária a execução dos serviços deverá ser documentada pela Contratada, registrando todas as revisões e complementações ocorridas, inclusive alterações em desenhos e especificações de materiais e de técnicas executivas, fornecendo, ao final do Contrato, o projeto *As Built* e seu respectivo *Databook*.
- 8.21.8.1. **O Recebimento Provisório do Objeto e o pagamento da última fatura estarão condicionados à apresentação e aprovação dos projetos *As Built* e seu respectivo *Databook*.**
- 8.21.8.2. Entende-se por *Databook* o compilado de documentos tais quais, e sem se limitar a manuais, orientações de uso e manutenção, garantias dos serviços e dos materiais, laudos de ensaios, resultados de testes e todas as demais peças relevantes para o objeto contratado.
- 8.21.8.3. Toda e qualquer modificação, inclusive acréscimos, introduzida no objeto de contratação somente serão reconhecidas e aceitas com prévia e expressa autorização da fiscalização, registrando-se o fato no Relatório Diário de Ocorrências (RDO).

**9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 9.1. A Contratada deverá fornecer **todos os insumos, sejam eles mão de obra, materiais, equipamentos (inclusive os de segurança, individual e coletiva), peças, acessórios, ferramentas e utensílios diversos**, em quantidade e em qualidade necessárias à integral prestação dos serviços englobados pelo Contrato, dentro do seu prazo de execução, devendo incluir em sua proposta todos os custos que julgar serem necessários, não sendo estes objeto de medição específica.
- 9.1.1. Os colaboradores mobilizados pela Contratada devem possuir a qualificação e a experiência demandadas, necessários à adequada execução dos serviços contratados.
- 9.1.2. A não descrição de qualquer insumo necessários à completa execução do objeto não pode ser invocada pela Contratada como motivo para eventual acréscimo de preços, salvo tecnicamente justificado, restando comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 9.1.3. Mesmo a Contratante dispor de qualquer insumo necessário à execução do contrato, este poderá não ser cedido à Contratada, mesmo a título de empréstimo, salvo em casos excepcionais, justificados e expressamente autorizados pela fiscalização, de acordo com a conveniência e oportunidade da Contratante.
- 9.1.4. A Contratada é responsável pelo seu próprio planejamento e logística de compras, de fornecimento e de contratação de quaisquer dos insumos necessários à execução do objeto, de forma antecipada, evitando que os serviços sejam interrompidos por atrasos dos seus respectivos fornecedores, não podendo este atraso ser invocado pela Contratada como motivo para eventual aditamento do prazo de execução.
- 9.1.5. Da mesma forma, a Contratada não poderá invocar a elevação anormal dos custos para motivar eventuais aditamentos aos custos dos insumos Contratados, ressalvados os casos excepcionais, conforme condições estabelecidas na jurisprudência e na legislação aplicável.
- 9.1.5.1. Caberá à Contratada elaborar e apresentar toda documentação, memória de cálculo e comprovantes necessários à completa e perfeita caracterização da elevação extraordinária de custos, demonstrando que a mesma efetivamente ocorreu no mercado como um todo e que há despesas realizadas pela Contratada em patamares extraordinariamente superiores aos contratualmente previstos, não decorrentes de fatores evitáveis pela empresa, com a aquisição antecipada dos insumos, por exemplo, mas que causaram o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "As Built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento do objeto, quando for o caso:
- 10.11.1. "As Built" elaborado pelo responsável por sua execução;
- 10.11.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 10.11.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 10.11.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- 10.11.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.3. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.4. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.8. Realizar, conforme o caso, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 11.9. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.
- 11.10. Em se tratando do regime empreitada por preço global, a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 11.11. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

### DAS FALHAS, DOS DANOS E DAS GARANTIAS

- 11.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.13.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.
- 11.14. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.15. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 11.16. Providenciar a correção de falhas e deficiências apontadas, dentro do prazo concedido pela fiscalização.
- 11.17. Reparar, substituir e limpar elementos e instalações da Contratante afetados pela execução dos trabalhos.
- 11.17.1. A Contratada deverá recompor todos os elementos que forem afetados pela execução dos serviços, utilizando materiais e acabamentos idênticos e/ou similares aos existentes.
- 11.17.2. Na execução dos serviços, a Contratada deverá proteger paredes, forros, pisos, esquadrias, móveis, grades, vidros, vegetações, instalações e demais elementos existentes nos locais de execução dos serviços, com lonas, espuma, placas de madeira compensada e outros materiais adequados, de modo a evitar quaisquer danos ou inconvenientes.
- 11.17.3. Os materiais utilizados para proteção não serão objeto de medição específica, devendo estar incluídos na proposta do licitante.
- 11.18. Verificar, *in situ*, as condições para a execução do contrato, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser afetados e/ou sofrer avarias durante a execução de todas as etapas dos serviços.
- 11.18.1. Quaisquer danos causados pela Contratada diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ação ou omissão, inclusive de seus profissionais ou empresas subcontratadas, serão de inteira e única responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.
- 11.18.2. A Contratante poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada ou da garantia os valores referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços contratados.
- 11.18.3. A fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante não exclui ou reduz essa responsabilidade.
- 11.19. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a Contratante for compelido a responder, em

decorrência desta contratação.

DOS RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS

- 11.20. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.21. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 11.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 11.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.24. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 11.25.1. Encontra-se prevista a mobilização de **encarregado geral**, com jornada **integral**, ao longo de toda a execução do contrato, isto é, até o recebimento provisório do objeto.
- 11.25.2. Encontra-se prevista a alocação de **engenheiro civil pleno**, com jornada de **6 (seis) horas semanais e não inferior a 1 (uma) hora diária na modalidade presencial**, ao longo de toda a execução do contrato, isto é, até o recebimento provisório do objeto.
- 11.25.3. Os horários previstos para o desenvolvimento das atividades são de **segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h**.
- 11.26. Apresentar os empregados, inclusive os subcontratados, devidamente uniformizados, equipados (EPI e/ou EPC) e identificados, por meio de crachá.
- 11.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal (com nome, CPF, RG, função, tipo de contratação, tipo de mobilização, atestado de saúde ocupacional, certificados de treinamento, fichas de recebimento de EPI, etc.) dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço, de forma atualizada e condizente com a necessidade.
- 11.27.1. A cada medição, poderão ser solicitados pela fiscalização os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários de todos os profissionais constantes do subitem anterior.
- 11.28. Apresentar, quando solicitado pela Administração, por questões de sigilo e de segurança desta Agência Brasileira de Inteligência, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.
- 11.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência; ou por questões de sigilo e de segurança desta Agência Brasileira de Inteligência.
- 11.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 11.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 11.33. Fornecer aos seus funcionários todas as ferramentas, utensílios e equipamentos (inclusive os de proteção, individual e coletiva) necessários e compatíveis com os serviços em desenvolvimento, monitorando e assegurando a sua utilização.
- 11.34. Disponibilizar banheiro/vestiário, bebedouros, refeitório e almoxarifado aos seus funcionários, conforme requisitos das normas aplicáveis, em especial a NR-18, não sendo admitida a utilização das instalações da Contratante.
- 11.34.1. O almoxarifado deverá ser utilizado para a guarda e o armazenamento de insumos (materiais, ferramentas, equipamentos, etc.) da Contratada, sendo de sua inteira responsabilidade a vigilância dos materiais, evitando furtos e extravios, inclusive de insumos a serem utilizados na execução do objeto.
- 11.35. Solicitar previamente à fiscalização autorização para subcontratar, nos termos e condições previstos neste TR.

DA DOCUMENTAÇÃO

- 11.36. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 11.36.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 11.36.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 11.36.3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 11.36.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 11.36.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.37. Providenciar, junto ao CREA e/ou ao CAU-BR, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT, conforme a categoria) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).
- 11.37.1. Conforme registrado neste expediente, a documentação acima deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, sendo essenciais para a emissão da ordem de início dos serviços.
- 11.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 11.39. Entregar à fiscalização, ao final da execução do Contrato, como elementos **indispensáveis ao Recebimento Provisório do Objeto**:
- 11.39.1. *Databook*, Relatórios Diário de Ocorrências (RDOs), manuais, termos de garantia, manuais dos componentes e demais documentos relacionados ao objeto e seus elementos, conforme o caso.
- 11.39.2. Reserva técnica de revestimentos, conforme quantidades e especificações previstas nos anexos deste TR.
- 11.39.3. Projetos **As Built**, assinados pelo responsável técnico da Contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as alterações processadas ao longo da execução contratual, de maneira a abrangê-la como um todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para registro e utilização em eventuais intervenções futuras nos ambientes, garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.
- 11.39.3.1. A elaboração dos projetos *As Built* deverá partir das soluções, dos insumos e dos procedimentos efetivamente utilizados ao longo da execução contratual, detalhando os elementos construtivos e as especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

DA GESTÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 11.40. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.
- 11.41. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.42. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica; ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros; ou que divergirem das especificações técnicas contidas neste TR e em seus documentos anexos.
- 11.43. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência e seus documentos anexos, no prazo determinado.
- 11.44. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 11.45. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às orientações dos fabricantes dos produtos utilizados.
- 11.46. Providenciar a limpeza permanente e diária dos locais afetados pela execução dos serviços, com remoção e acondicionamento contínuos dos resíduos gerados, deixando-os ambientes organizados, limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.47. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste TR e dos seus documentos anexos ~~de memorial descritivo~~.
- 11.48. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.49. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

- 11.50. Elaborar o Relatório Diário de Ocorrências (RDO), incluindo **diariamente**, pelo Engenheiro/Arquiteto, preposto e responsável técnico da Contratada, ~~as~~ informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados e as solicitações à Fiscalização, e a situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 11.50.1. A Coordenação de Engenharia e Obras, por praticidade e eficiência na elaboração, análise e disponibilização do documento, tem adotado a modalidade eletrônica do documento, com modelo (SEI nº 0635826) anexo deste TR.
- 11.50.2. O documento deverá ser disponibilizado à fiscalização para que esta acrescente as informações, as observações e as constatações de vistorias, que julgar serem convenientes.
- 11.50.3. O documento deverá ser disponibilizado à fiscalização até o início da jornada subsequente à que o documento se referir.
- 11.50.4. **Exemplo:** o RDO do dia 01/01/2022 deverá ser disponibilizado até as 08h00 do dia 02/01/2022.
- 11.51. Armazenar, em local apropriado, todos os materiais removidos e os resíduos de demolição, aguardando a avaliação da fiscalização e sua autorização de descarte.
- 11.51.1. De acordo com a possibilidade de reaproveitamento pelo órgão, os materiais cujo descarte não seja autorizado continuarão pertencendo à Contratante, para reutilizá-lo conforme sua conveniência.
- 11.51.2. Os materiais cujo descarte tenha sido autorizado deverão ter a correta destinação, conforme a legislação ambiental, sob total responsabilidade da Contratada.

**DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 11.52. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica e em sua proposta, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 11.52.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 11.53. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança orgânica da Contratante.
- 11.54. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.54.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.54.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.55. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme as categorias profissionais necessárias à prestação dos serviços.

**DAS DIRETRIZES DE CARÁTER AMBIENTAL**

- 11.56. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 11.56.1. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 11.56.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 11.56.3. Florestas plantadas; e
- 11.56.4. Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 11.57. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 11.57.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 11.57.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata.
- 11.57.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem natural cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 11.57.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 11.57.3.2. Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não-nativos (e.g., eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a Contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.
- 11.58. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 11.58.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 11.58.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 11.58.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 11.58.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 11.58.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e
- 11.58.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 11.58.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 11.58.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 11.59. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 11.60. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 11.61. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 11.62. Prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme Resolução CONAMA nº 257/1999.
- 11.63. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010, na Lei Distrital nº 4.704/2011, no Decreto Distrital nº 37.782/2016, na resolução CONAMA nº 307/2002 e nas demais leis, decretos, normas e resoluções correlatos.
- 11.64. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), art. 14º do Decreto nº 10.936/2022, e legislação correlata.



- 12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 12.1.1. São vedadas:
- 12.1.1.1. A subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, assim entendidas as parcelas cuja avaliação de capacidade técnica ocorreu durante a etapa de habilitação técnica do certame, quais sejam: (a) a execução de revestimento cerâmico para piso; e (b) a execução de forro modulado removível de fibrâmineral.
- 12.1.1.2. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e
- 12.1.1.3. A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.
- 12.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 12.4. Caso ocorra, a subcontratação deverá ser realizada com pessoa jurídica plenamente estabelecida e com registro comercial em atividade relacionada diretamente ao serviço que será executado, devendo ser apresentados atestados comprobatórios de anterior realização dos serviços objeto da subcontratação.
- 12.5. Para fins de autorização, a Contratada deverá apresentar também documento comprobatório de vínculo contratual com a empresa subcontratada.
- 12.6. A subcontratação obriga o registro de ART da seguinte forma:
- 12.6.1. O profissional da pessoa jurídica inicialmente contratada (i.e., da Contratada) deve registrar ART de gestão, direção, supervisão ou coordenação do serviço subcontratado, conforme o caso; e
- 12.6.2. O profissional da pessoa jurídica subcontratada (i.e., da Subcontratada) deve registrar ART de serviço relativa à atividade que lhe foi subcontratada, vinculada à ART de gestão, supervisão, direção ou coordenação da sua Contratante (i.e., da Contratada).
13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. A conformidade do material, da técnica e dos equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.3. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro da ocorrência verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 14.13.1. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este TR, seus documentos anexos e demais instruções fornecidas pela fiscalização ou, de modo geral, com a boa prática de engenharia, poderá a Contratante, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação (total ou parcial) dos trabalhos defeituosos ou a reexecução dos serviços concluídos, sem ônus adicional à Contratante.
- 14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
15. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**
- 15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme anexos (SEI nº 0635830 e 0635832), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios, conforme anexos deste TR:
- 15.2.1. Os critérios de medição, previstos no CEET, com aferições nulas (0%) ou totais (100%) dos serviços de cada uma das etapas, ressalvadas as exceções nele previstas.
- 15.2.2. O desembolso máximo mensal, previsto no cronograma físico-financeiro contratado; e
- 15.2.3. O desempenho da Contratada, conforme parâmetros objetivos contidos no IMR.
- 15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 15.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
16. **DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo, que caracterizará o procedimento conhecido como **'medição de serviços'**:
- 16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade, atendendo às prescrições do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (CEET).
- 16.1.2.1. Entende-se por **"etapa"** cada linha do cronograma físico-financeiro contratado, com nível de hierarquia principal. De forma exemplificativa, uma das etapas da presente contratação é "5.

ALVENARIAS".

16.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

16.1.4. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios relativos à execução do objeto, tais como:

16.1.4.1. Notas fiscais, manuais, termos de garantia, laudos técnicos e demais documentos relacionados aos materiais e serviços cuja medição se está solicitando;;

16.1.4.2. Caso solicitados pela fiscalização, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários de todos os profissionais constantes na relação nominal da Contratada;

16.1.4.3. Caso seja admitida a subcontratação, a fiscalização solicitará os documentos necessários para verificar a regularidade e a habilitação das empresas subcontratadas;

16.1.4.4. Demais certidões, comprovantes e documentos pertinentes.

16.1.5. Caso a Contratada não apresente a medição no prazo estipulado no cronograma, isto é, de forma mensal, a fiscalização poderá realizar a vistoria de medição, de ofício, a qual será utilizada exclusivamente para apuração dos resultados da Contratada e instrução do processo, não sendo base de pagamento para a Contratada.

16.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

16.4.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

16.4.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

16.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 30 (trinta) dias.

16.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

16.4.5. Para fins de aplicação do dispositivo acima, entender-se-á por "última etapa de execução" a última parcela do cronograma físico-financeiro contratado.

16.4.5.1. Dessa forma, o valor da última fatura, que representa a última parcela do cronograma físico-financeiro contratado (ou seja, a última etapa de execução), somente será liberado para pagamento após a emissão do Termo de Recebimento Provisório e cumprimento de todas as obrigações da Contratada, tais como entrega da documentação *As Built*, do *Databook*, do diário de ocorrências, dos manuais, dos termos de garantia dos equipamentos e produtos utilizados na execução dos trabalhos e demais documentos relevantes para o objeto contratado, previstos neste TR.

16.4.6. Executado todos os serviços no escopo do Contrato, e estando os mesmos em condições de serem recebidos, a Contratada deverá comunicar a ocorrência à fiscalização, por escrito e dentro do prazo contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento provisório da última etapa.

16.4.6.1. A comunicação fora do prazo contratual caracterizará **atraso**, sujeitando a Contratada às penalidades cabíveis previstas em Contrato.

16.4.7. Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria, em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da Contratada, a fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes, em 2 (duas) vias.

16.4.7.1. Caso sejam identificados serviços não executados, assim considerados aqueles executados parcialmente; ou que não atendem às especificações e aos critérios de medição previstos no CEET; ou cuja correção de falhas já tenha sido solicitada há mais de 15 (quinze) dias pela fiscalização, **não será reconhecido efeito à comunicação**, implicando a **não emissão do Termo de Recebimento Provisório** e, caso ultrapassado o prazo de execução do objeto, caracterizar-se-á **atraso**.

16.4.7.2. São **impeditivos** para Recebimento Provisório:

a) A constatação de quaisquer danos, avarias ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento, estética ou ocupação da edificação e seus elementos;

b) A existência de qualquer sujeira, pó, respingo, dentre outros resíduos, que devem ser removidas com a limpeza "fina" dos ambientes;

c) A não entrega e aprovação da reserva técnica de revestimentos, na quantidade e nas especificações previstas; e

d) A não entrega e aprovação do projeto *As Built*, com as devidas alterações (inclusive de especificações) processadas ao longo da execução do objeto.

16.4.7.3. Caso, durante a vistoria para o Recebimento Provisório, a fiscalização constate defeito ou incorreção no serviço prestado, deverá ser elaborada **Lista de Pendências e de Correções**, concedendo-se prazo compatível e de, **no máximo, 15 (quinze) dias** da data da emissão do termo, para a Contratada, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuada.

16.4.7.4. Conforme jurisprudência do TCU (Acórdão nº 853/2013 - Plenário), a Administração deve abster-se de realizar o recebimento provisório de objetos com pendências a serem solucionadas pela construtora, uma vez que o instituto do recebimento provisório, previsto no art. 73, inc. I, da Lei nº 8.666/93, não legitima a entrega provisória de uma obra inconclusa, mas visa resguardar a Administração no caso de aparecimento de vícios ocultos, surgidos após o recebimento provisório.

16.4.7.5. Serviços aprovados ao longo da execução contratual, mas que apresentaram vícios ou defeitos durante o Recebimento Provisório, após a respectiva medição, deverão ser corrigidos pela Contratada, sem ônus adicional à Contratante.

16.4.7.6. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a Contratada efetuará, dentro do prazo acordado e por escrito, nova comunicação à fiscalização solicitando a realização de nova vistoria.

16.4.7.7. Caso, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as normas técnicas, com a legislação, com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus documentos anexos, e na respectiva proposta, devendo ser corrigidos, refeitos e/ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

- 17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 17.5.1. o prazo de validade;
- 17.5.2. a data da emissão;
- 17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.5.5. o valor a pagar; e
- 17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo,

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira = 6% a.a. = 6% / 365 = 0,00016438;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

18. REAJUSTE

- 18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir.
- 18.1.1. A data do orçamento de referência é janeiro/2023.
- 18.1.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais discriminadas em anexo específico (SEI n° 0771121).
- 18.1.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil (INCC-DI) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na fórmula abaixo (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- 18.1.3.1. Tendo em vista que o cálculo do índice (INCC-DI) é realizado entre o primeiro e o último dia do mês, o resultado demonstra uma perspectiva mais exata da variação de preços do mês de referência quando comparado ao INCC-M, calculado entre o dia 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência; ou ao INCC-10, calculado entre o dia 11 do mês anterior e o dia 10 do mês de referência.

$$R = V (I - I_0) / I_0$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sub>0</sub> = Índice inicial, refere-se ao índice de custos ou de preços (INCC-DI) correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação; e

I = Índice (INCC-DI) relativo ao mês do reajustamento.

- 18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 19.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os

incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

- 19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 19.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 19.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.
- 19.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.10. Será considerada extinta a garantia:
- 19.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 19.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 19.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 20.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. Caso a CONTRATADA obtenha pontuação nula (i.e., de 0 pontos) em algum dos indicadores do IMR, i.e., de forma isolada, além da incidência do fator de ajuste na medição, será avaliada a necessidade de abertura de processo de rescisão em desfavor da Contratada, com multas progressivas, conforme **tabelas 1 e 2**.
- 20.2.2.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.4. **Sanção de Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 20.2.5. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.3. A **Sanção de impedimento de licitar e contratar**, prevista no dispositivo 20.2.4, também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 20.4. As sanções previstas nos subitens **20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa (**20.2.2**), descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **Tabelas 1 e 2**:

Tabela 1

GRAU	INCIDÊNCIA (sobre o valor mensal do contrato)
1	0,2% ao dia
2	0,4% ao dia
3	0,8% ao dia
4	1,6% ao dia
5	3,2% ao dia

- 20.5.1. Em caso de reincidência, haverá progressão do grau de infração, até que seja atingido o limite de grau 5.
- 20.5.2. **Exemplo:** Infração de grau 2, verificada uma única vez ocasionará multa de grau 2 (i.e., de 0,4% a.d.). Em sua segunda ocorrência, ocasionará multa de grau 3 (i.e., de 0,8% a.d.). A partir da quarta ocorrência, ocasionará multa de grau 5 (i.e., de 3,2% a.d.).
- 20.5.3. **Quantificação dos dias ("ao dia"):** será registrada a data de início e a data de fim da ocorrência que infringiu as condições previstas neste TR e em seus documentos anexos.
- 20.5.4. **Quantificação da base de aplicação ("valor mensal do contrato"):** a alíquota do respectivo grau será aplicada sobre as notas fiscais subsequentes, até que a infração seja solucionada pela Contratada.
- 20.5.5. **Exemplo:** Infração de grau 4, verificada no dia 28/01/2022 e cessada no dia 04/02/2022; com medições realizadas nos dias 30/01/2022 (1a medição) e 30/02/2022 (2a medição), com valores de R\$ 10.000,00 e R\$ 18.000,00, respectivamente. Multa = 3 dias x 1,6% x R\$ 10.000 + 4 dias x 1,6% x R\$ 18.000,00 = R\$ 1.632,00

Tabela 2

GRAU	INFRAÇÃO
01	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto nas normas técnicas e na legislação aplicáveis, por ocorrência.
01	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário.
02	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço.

03	Deixar de comparecer às reuniões (de início ou intermediárias) convocadas pela fiscalização para tratar de assuntos relativos à execução dos serviços contratados, por ocorrência.
03	Deixar de entregar ART/RTT e demais documentos pertinentes à execução do Contrato, por profissional.
03	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado.
03	Reutilizar materiais sem autorização expressa da fiscalização, por ocorrência.
04	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por ocorrência.
04	Danificar ou destruir documento por culpa ou dolo dos seus funcionários, por ocorrência.
04	Deixar de recompor os elementos danificados durante a execução dos serviços, utilizando materiais e acabamentos tecnicamente equivalentes aos pré-existentes, por ocorrência.
04	Deixar de permitir o livre acesso da fiscalização aos locais dos serviços ou aos documentos necessários ao acompanhamento do Contrato, por ocorrência.
05	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.
05	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.
05	Não entregar, ao final da execução do objeto, <i>Databook</i> (contendo Projetos <i>As Built</i> , manuais, garantias, certificados, laudos e demais documentos técnicos relevantes), registrando todas as alterações processadas ao longo do contrato, inclusive de especificação.
05	Não entregar, ao final da execução do objeto, as reservas técnicas de revestimentos, conforme as quantidades mínimas exigidas e especificações efetivamente utilizadas na execução do contrato.
SEÇÃO ADICIONAL - RECORRENTES DESCUMPRIMENTOS DOS INDICADORES DO IMR	
03	Permitir a presença de profissional sem os devidos equipamentos de proteção (individual e/ou coletiva), adequados às atividades em desenvolvimento [IMR - Indicador 1].
02	Permitir a presença de profissional sem o devido uniforme (calça, camisa e crachá), todos em bom estado de conservação e de higiene, com identificação da empresa Contratada [IMR - Indicador 2].
02	Deixar de encaminhar Relatório Diário de Ocorrências (RDO), diariamente e ao final de cada jornada de trabalho (ou até o início da jornada seguinte), com todas as informações pertinentes e atualizadas relativas à execução do contrato, para a análise e acompanhamento da fiscalização [IMR - Indicador 3]
02	Deixar de providenciar a limpeza contínua e permanente dos locais de serviço, deixando de mantê-los organizados e higienizados, diariamente. [IMR - Indicador 4]
03	Atrasos graves e constantes, conforme definições do IMR, de etapas do cronograma físico-financeiro [IMR - Indicador 5].
02	Deixar de cumprir determinação formal, instrução complementar, notificações de correção e/ou regularização, dentro do prazo solicitado pela fiscalização [IMR - Indicador 6].
02	Deixar de atender aos pedidos de esclarecimentos ou de envio de documentos expedidos pela fiscalização [IMR - Indicador 7].
04	Alterar especificações e métodos construtivos sem a prévia e expressa autorização da fiscalização [IMR - Indicador 8]
03	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os profissionais (preposto, responsável técnico, engenheiro/arquiteto e encarregado geral), previstos neste TR, conforme carga horária prevista, por profissional [IMR - Indicador 9].

- 20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 20.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 21.1. As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no **edital**.
- 21.2. Os critérios de **qualificação econômica** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no **edital**.
- 21.3. As **regras de desempate** entre propostas são as discriminadas no **edital**.
- 21.4. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**Documentação 01:**

21.4.1. **Registro ou inscrição** da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico de engenharia e neste TR, em plena validade;

**Documentação 02:**

- 21.4.2. Quanto à **capacitação técnico-operacional**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.
- 21.4.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:
- 21.4.3.1. Devem ser comprovados a execução de, no mínimo:
- a) 320,00 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte metros quadrados) de revestimento cerâmico para piso;
- b) 308,00 m<sup>2</sup> (trezentos e oito metros quadrados) de forro modulado removível de fibramineral;
- 21.4.3.2. As atividades acima representam os serviços de maior relevância técnica e econômica para a presente contratação, desconsiderando os serviços com potencial de subcontratação.
- 21.4.3.3. O atestado deverá ser firmado por representante legal do Contratante, indicando a respectiva data de emissão.
- 21.4.3.4. O atestado deverá fazer referência ao documento de responsabilidade técnica (ART ou RRT) expedido em razão das obras ou serviços executados.
- 21.4.4. Não será admitido o somatório de quantitativos de diferentes atestados a fim de alcançar o quantitativo mínimo exigido para cada tipo serviço, dada a diferença operacional e gerencial a ser utilizada para a execução de quantidades maiores. Entretanto, será admitida a apresentação de diferentes atestados para comprovar o quantitativo mínimo em serviços diferentes. Isto é, para cada serviço previsto nas alíneas do dispositivo 21.4.3.1, deve ser apresentado um único atestado que comprove a execução do respectivo quantitativo mínimo, podendo-se apresentar um atestado para cada uma das alíneas (i.e., para a presente contratação, poderão ser apresentados até 2 atestados).
- 21.4.4.1. A soma da execução de vários pequenos serviços, de baixa complexidade, dimensões e valores, não comprovaria que o licitante possui a experiência necessária para cumprir o objeto da licitação dentro dos prazos e das especificações pretendidas.
- 21.4.4.2. **Exemplo:** pode-se apresentar um atestado para comprovar a execução do quantitativo mínimo exigido no serviço A e outro para comprovar a execução do quantitativo mínimo exigido no serviço B. De forma contrária, não será admitida a apresentação de múltiplos atestados para, somados, comprovar a execução do quantitativo mínimo exigido no Serviço A.
- 21.4.5. Para confirmar a autenticidade e a adequação dos atestados apresentados, a Administração poderá adotar diligências, dentre estas a solicitação de CAT (Certidão de Acervo Técnico) com registro de atestado (atividade concluída ou em andamento), referente aos profissionais que integrarão sua equipe técnica, na qual conste a licitante como empresa vinculada à execução do contrato.

**Documentação 03:**

- 21.4.6. Comprovação da **capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – AR ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:
- 21.4.6.1. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto, serviços de:
- a) Revestimento cerâmico para piso;
- b) Forro modulado removível de fibramineral;
- 21.4.7. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:
- 21.4.7.1. O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- 21.4.7.2. O administrador ou o diretor;
- 21.4.7.3. O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou
- 21.4.7.4. O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- 21.4.8. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 21.4.8.1. Caso opte por substituir o profissional inicial, tecnicamente habilitado no certame, a Contratada deverá comprovar a experiência do novo profissional nas mesmas condições acima dispostas.
- 21.4.9. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

**Documentação 04:**

- 21.4.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
- 21.4.10.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 21.4.10.2. Os modelos da Declaração de Vistoria e da Declaração de Não Vistoria são anexos deste TR.
- 21.4.10.3. Os procedimentos relacionados à realização da vistoria e à expedição das declarações acima encontram-se disciplinados em seção específica deste TR ("VISTORIA PARA LICITAÇÃO").

**DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o maior desconto.
- 21.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.6.1. **Valor Global: R\$ 1.668.245,60 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).**
- 21.6.2. **Valores unitários:** conforme Orçamento de Referência (SEI n° 0771121), anexo deste TR.
- 21.6.2.1. Por se tratar de **empreitada por preço global**, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.
- 21.6.2.2. Para fins de aplicação do dispositivo anterior, entender-se-á por "**etapa**" cada linha do cronograma físico-financeiro apresentado, com nível de hierarquia principal.
- 21.6.2.3. De forma exemplificativa, uma das etapas da presente contratação é "**5. ALVENARIAS**".
- 21.7. A proposta vencedora deverá conter como anexos os documentos abaixo, com a devida indicação de seu autor e registro no conselho de classe respectivo:

**Documentação 05:**

- 21.7.1. **Planilha Sintética de Orçamento**, contendo todos os custos unitários, os quantitativos e os custos totais de cada serviço, bem como o custo e o preço total da proposta para a execução do objeto da contratação.
- 21.7.1.1. Entende-se como preço total o custo total acrescido da parcela relativa ao BDI.
- 21.7.1.2. A planilha deverá possuir **assinatura** de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

**Documentação 06:**

- 21.7.2. **Planilha Analítica, de Composições de Preço Unitárias (CPU), de Orçamento**, contendo o detalhamento de todos os custos unitários utilizados na planilha orçamentária apresentada na proposta, demonstrando a origem e a formação dos custos dos serviços, bem como a indicação dos coeficientes de produtividade.
- 21.7.2.1. Os custos unitários **dos serviços** devem coincidir com os seus respectivos custos unitários dispostos na Planilha Sintética de Orçamento.
- 21.7.2.2. Caso os custos unitários **dos insumos ou das composições auxiliares** apresentem variações entre composições, serão adotados, para fins de análise e aprovação de futuros e eventuais

termos aditivos, aqueles que resultarem nos menores custos para esta Administração.

21.7.2.3. **Exemplo:** na composição A, a composição auxiliar de pedreiro apresenta custo unitário de R\$ 16,00/Hh; enquanto que na composição B, a mesma composição apresenta um custo unitário de R\$ 14,00/Hh. Caso seja necessária a prolação de termo aditivo, será considerado, para a composição auxiliar de pedreiro, o custo de R\$ 14,00/Hh.

21.7.2.4. A planilha deverá possuir **assinatura** de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

**Documentação 07:**

21.7.3. **Cronograma físico-financeiro**, apresentado pela licitante readequado à proposta vencedora, deverá ter periodicidade mensal e subdividido nas fases/etapas definidas no orçamento de referência, anexo deste TR.

21.7.3.1. O cronograma físico-financeiro da Contratante, anexo deste TR, tem a função de representar a ordem de execução das etapas e o máximo de desembolso previstos pela Administração.

21.7.3.2. Os pagamentos referentes à **Administração Local** deverão ser proporcionais à execução física do contrato, devendo a licitante abster-se de utilizar valores mensais fixos, evitando-se, assim, desembolsos indevidos para o item em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas ao prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 55, inciso III, e 92 da Lei nº 8.666/1993.

21.7.3.3. Para cada mês, deverá haver a indicação do percentual de etapa concluída, assim como do desembolso financeiro referente a cada fase/etapa e o desembolso financeiro acumulado.

21.7.3.4. O cronograma físico-financeiro deverá possuir **assinatura** de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

**Documentação 08:**

21.7.4. **Planilha de Composição do BDI**, discriminando os percentuais unitários e os percentuais totais utilizados pela Licitante para elaborar a sua proposta.

21.7.4.1. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos seus encargos tributários.

21.7.4.2. Os impostos a serem adotados devem ser indicados na proposta da Licitante, conforme a legislação vigente e o seu respectivo regime de tributação

21.7.4.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte, pela Contratante, os percentuais estabelecidos na legislação vigente (conforme Manual do Substituto Tributário do ISS, em sua versão de maio de 2022, deverá ser retido 1% de ISS sobre o valor nota fiscal, sem qualquer dedução, ressalvados os casos em que a retenção não é devida, impondo-se ao prestador a responsabilidade subsidiária de ajuste e de apuração regular do imposto).

21.7.4.4. A planilha deverá possuir **assinatura** de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

**Documentação 09:**

21.7.5. **Planilha de Composição dos Encargos Sociais**, discriminando os percentuais unitários e os percentuais totais utilizados pela Licitante para elaborar a sua proposta.

21.7.5.1. Os percentuais relativos às leis sociais a serem aplicados nos custos de mão de obra deverão coincidir com os definidos na legislação aplicável.

21.7.5.2. O regime de tributação adotado pela empresa deve coincidir com o efetivamente praticado e deverá ser mantido durante toda a execução do contrato.

21.7.5.3. A planilha deverá possuir **assinatura** de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

**Documentação 10:**

21.7.6. **Curva ABC de Serviços e de Insumos**, com ordenação dos serviços e insumos, conforme o caso, em ordem decrescente de custo total, classificados nas faixas A (percentual acumulado de custo total de 80%), B (percentual acumulado de custo total entre 80 e 95%) e C (percentual acumulado de custo total entre 95% e 100%).

21.7.6.1. Os **quantitativos** e os **custos unitários** dos serviços devem coincidir com os seus respectivos custos unitários da proposta vencedora, registrados na **Planilha Sintética de Orçamento**.

21.7.6.2. O **custo total** deve coincidir com o custo total da proposta vencedora, registrado na **Planilha Sintética de Orçamento**.

21.7.6.3. O documento deverá possuir **assinatura** de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

21.8. Seguem abaixo algumas orientações adicionais, relativas à apresentação e à análise das propostas:

21.8.1. A formatação das planilhas da Licitante deverá coincidir ao máximo com as formatações adotadas nas planilhas apresentadas nos anexos deste TR. Além disso, na data marcada para a abertura das propostas, a proposta de preço deverá ser apresentada, também, em arquivo de planilha digital.

21.8.1.1. As exigências desse item contribuem para as diligências, de responsabilidade da Administração, para verificação dos critérios de aceitabilidade da proposta.

**DA MATRIZ DE RISCO**

21.8.2. A Licitante deverá analisar, detida e conjuntamente, os documentos de referência (TR e anexos), publicados pela Administração, dimensionando a sua proposta de forma que englobe todas as despesas necessárias à total e completa execução do objeto, conforme quantidades, especificações e plano de execução disposto neste documento e seus respectivos anexos, considerando ainda eventuais despesas de:

- a) Contratação e treinamento dos seus funcionários;
- b) Ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais;
- c) Fretes, transportes, cargas, descargas, montagens, desmontagens, instalações, movimentações, içamentos, perdas e estocagens, dentro e fora do local dos serviços;
- d) Testes, ensaios, exames, provas e laudos necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos;
- e) Ferramentas, equipamentos (inclusive os de proteção individual e coletiva) e utensílios;
- f) Garantias, seguros, licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins;
- g) Limpeza final dos ambientes e áreas afetadas pela execução dos serviços.

21.8.3. A proposta ofertada deverá seguir as especificações da Planilha Orçamentária, anexa deste Termo de Referência, cabendo a desclassificação da empresa que não cumprir tal regra, sendo responsabilidade da Licitante, caso identifique falhas ou erros, quantitativos ou qualitativos, impugnar tempestivamente o instrumento convocatório, conforme orientações do Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário e art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

21.8.3.1. Não será admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores com a pretensão de alterar o valor global proposto, salvo tecnicamente justificado, nos termos anteriormente apresentados.

21.8.3.2. Nesse sentido, qualquer divergência encontrada, seja entre anexos deste Termo de Referência e entre estes e os normativos técnicos e a legislação que com o objeto guardem relação, deverá também ser arguida em momento oportuno, ainda durante o procedimento licitatório. É responsabilidade da Licitante conferir as informações dispostas neste documento e em seus anexos, no ato de elaboração da Proposta de Preços.

21.8.3.3. O não questionamento destas divergências não justificarão o aceite de qualquer parte do objeto que se apresente em desobediência aos referidos documentos.

21.8.3.4. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da Licitante vencedora, sem prejuízo ao disposto no art. 55, inc. III da Lei nº 8.666/1993.

21.8.4. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

21.8.5. Sendo o regime de execução do futuro contrato a **empreitada por preço global (EPG)**, a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do Licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos **não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.893/2013**.

21.8.6. Excepcionalmente, de maneira a evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, como também para garantia do valor fundamental da melhor proposta e da isonomia, caso, por erro ou omissão no orçamento, se encontrarem subestimativas ou superestimativas relevantes nos quantitativos da planilha orçamentária, poderão ser ajustados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira da avença, situação em que se tomarão os seguintes cuidados:

21.8.6.1. A alteração contratual decorrente não poderá superar aos limites estabelecidos no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013, cumulativamente com o respeito aos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93, estes últimos, relativos a todos os acréscimos e supressões contratuais. Os limites devem ser calculados de forma isolada, com cálculo das modificações de forma individual sobre o valor original do contrato, conforme jurisprudência do TCU.

21.8.6.2. Em qualquer caso, a Contratada deverá comprovar, por meio de documentação técnica e memorial de cálculo, a serem analisados pela Contratante, que a alteração eventualmente pleiteada não ensejará a ocorrência do "jogo de planilhas", com redução injustificada do desconto inicialmente ofertado em relação ao preço base do certame no ato da assinatura do contrato, em prol

do que estabelece o art. 14 do Decreto nº 7.983/2013, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Da mesma forma, deverá ser comprovado que eventuais correções de quantitativo ou inclusões de serviços omitidos, não estão compensadas por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado.

21.8.7. Fica acordado entre as partes (i.e., entre Contratante e Contratada) que, nos termos do parágrafo 3º, art. 65 da Lei nº 8.666/1993, na hipótese de serem necessários **serviços ou insumos novos** (i.e., não inicialmente previstos na planilha orçamentária contratada), seguir-se-á a metodologia abaixo:

21.8.7.1. A inclusão de serviços ou insumos novos s acréscimos, de forma geral, seguirão a fórmula abaixo:

CUSTO UNIT.,CALC = CUSTO UNIT.,REF X BDI,REF X DESCONTO GLOBAL [%]

Sendo,

CUSTO UNIT.,CALC = custo unitário calculado (para o insumo ou serviço novo, a ser acrescido ao contrato);

CUSTO UNIT.,REF = custo unitário (do insumo ou do serviço), no SINAPI, considerando a mesma referência de tempo (mês/ano) do orçamento de referência;

BDI, REF = BDI utilizado pela Administração, no orçamento de referência; e

DESCONTO GLOBAL = desconto global obtido no certame, conforme fórmula abaixo:

DESCONTO GLOBAL [%] = (ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA - ORÇAMENTO CONTRATADO) X 100% / ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

21.8.7.2. Caso existentes na planilha orçamentária contratada, serão utilizados os insumos (i.e., os custos unitários) e as composições auxiliares (i.e., os índices de produtividade e de utilização e/ou custos unitários) já previstos em contrato, conforme proposta vencedora.

21.8.7.3. Caso os itens comentados no dispositivo anterior (insumos e composições auxiliares) apresentem múltiplos valores ao longo da planilha orçamentária contratada, serão adotados os menores custos unitários contratados.

21.8.7.4. **Exemplo:** a Contratada apresentou proposta com desconto não linear, com o insumo cimento a R\$ 0,60/kg e a R\$ 0,55/kg. Caso o novo serviço contenha o insumo cimento, será utilizado o custo unitário de R\$ 0,55/kg, menor custo apresentado na proposta contratada.

21.8.7.5. Caso as novas composições não constem na planilha contratada, serão utilizadas, de forma prioritária, as composições (índices de produtividade e de utilização) do SINAPI. De forma complementar, caso inexistam no referido sistema, serão utilizadas composições obtidas em sistema específico, instituído para o setor (e.g., ORSE, SBC, AGESUL, AGETOP CIVIL, CPOS, etc.).

21.8.7.6. Caso os novos insumos ou composições não constem na planilha contratada, serão utilizados custos unitários obtidos do **SINAPI**, utilizando-se a mesma base de referência (mês/ano) do orçamento da Administração. De forma complementar, caso inexistam no referido sistema, serão utilizados custos unitários obtidos a partir de mecanismos específicos de **pesquisa de preço**, conforme orientações e procedimentos descritos na **IN SEGES/ME nº 65/2021**.

21.8.7.7. Por fim, deverá ser aplicado o desconto global, obtido na licitação, com vistas a garantir a manutenção do percentual de desconto ofertado pela Contratada, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos artigos 14 e 15 do Decreto 7.983/2013.

22. Subdimensionamentos e superdimensionamentos de até 10% (dez por cento) dos quantitativos inicialmente previstos serão considerados irrelevantes e, por isso, não serão objeto de qualquer alteração contratual, conforme orientações do Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário.

21.8.8.1. Se o percentual do erro ficar abaixo do limite acima disposto, o serviço não será considerado relevante, tratando-se de risco ordinário do empreendimento, a ser remunerado pela "Taxa de Risco" que consta do BDI, não devendo fundamentar a prolação de Termos Aditivos.

21.8.8.2. Se o percentual do erro ficar acima do limite acima disposto, somente **serviços de materialidade relevante**, assim considerados os que compõem o **ramo A da curva ABC** e corresponderem a, **no mínimo, 2% do valor do contrato**, serão **considerados substanciais**, conforme orientações contidas no Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário, sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para que possa haver alteração ulterior do contrato, nos termos do art. 65, II da Lei nº 8.666/93 e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

21.8.8.3. Em cada caso concreto, será analisada a envergadura do erro em relação ao valor global da avença, em comparação do que seria exigível incluir como risco/contingência no BDI para o regime de empreitada global, bem como a exigibilidade de identificação prévia da falha, no momento de elaboração da proposta.

21.8.8.4. Para fins de aplicação do dispositivo anterior, será considerada a "Taxa de Risco" fixada pela Administração por ocasião da elaboração do BDI.

21.8.8.5. Em nenhuma hipótese, serão objeto de alteração contratual serviços previstos na planilha orçamentária com unidade de medida "unidade [UN ou UNID]".

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de **R\$ 1.668.245,60 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos)**, conforme detalhado em anexo específico (SEI nº 0771121) deste TR, sendo as parcelas de maior relevância econômica:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM	% DO VALOR TOTAL	% AC.
1	DIVISORIA MODULADA REMOVÍVEL, DE SAQUE FRONTAL, PAINEL CEGO, INSTALAÇÃO PISO-TETO, COM ESTRUTURA EM PERFIS DE ALUMÍNIO EXTRUDADO NA COR PRETA (QUE PERMITAM A PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA E/OU LÓGICA), ISOLAMENTO EM LÂ DE ROCHA, ACABAMENTO EM MDF DE 15MM, COM FRISOS DE 10MM	274,49 m²	R\$ 174.880,32	10,48%	10,48%
2	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 95 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	825,72 m	R\$ 108.161,06	6,48%	16,97%
3	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO TÉCNICO, REJUNTE ACRÍLICO, ARGAMASSA ACIII - DN 60X60CM, COR CINZA, BORDAS RETIFICADAS, ACABAMENTO NATURAL (REFERÊNCIA PORTOBELLO Mineral Tecnica Portland, BIANCOGRES Cimento Grigio, ELIZABETH Silver, OU EQUIVALENTE TÉCNICO) [REV. PISO TIPO 1]	640,03 m²	R\$ 104.395,29	6,26%	23,22%
4	FORRO ACÚSTICO MODULADO EM PLACAS DE FIBRA MINERAL (625X625MM), INCLUSIVE TRAMA METÁLICA EM AÇO GALVANIZADO PINTADO NA COR BRANCA	616,26 m²	R\$ 103.420,75	6,20%	29,42%

22.1.1. Fazem parte do documento:

- a) O Orçamento Resumido Estimado;
- b) O Orçamento Sintético Estimado;
- c) O Orçamento Analítico Estimado, contendo as composições de preço unitárias (CPU) utilizadas;
- d) O Cronograma Físico-financeiro da execução contratual;
- e) A Curva ABC de Serviços;
- f) A Curva ABC de Insumos;
- g) O memorial de cálculo do BDI; e
- h) O memorial de cálculo dos encargos sociais.

22.1.2. Os quantitativos e as especificações dos serviços foram obtidos a partir projetos de engenharia, desenvolvidos pela equipe da COENG na filosofia BIM, de forma direta (através das suas tabelas) ou de forma manual (através de cálculos aritméticos explicitados no memorial de cálculo), ambos (projetos e memoriais) anexos deste TR.

22.1.2.1. Eventuais diferenças nos quantitativos dispostos nas pranchas e na planilha orçamentária decorrem das diferenças entre a quantificação parametrizada (via software) e a quantificação manual (via cálculo das grandezas). Nesse sentido, prevalecerão as quantidades previstas na Planilha Orçamentária.

22.1.2.2. É responsabilidade da Contratada conferir os valores dispostos e, caso julgue necessário, apresentar questionamentos ou pedidos de esclarecimento, em momento oportuno, durante o



certame.

22.1.3. Conforme determinado pelo Decreto nº 7.983/2013, os valores de referência foram obtidos, prioritariamente, através do SINAPI. Quando não foi possível a obtenção direta dos serviços a serem executados, conforme especificações técnicas dos projetos elaborados, foi utilizada composição própria, associando o banco de dados do SINAPI a outras fontes (e.g., SICRO, CPOS, ORSE, SBC, pesquisas de preço, etc.), conforme registrado e discriminado na CPU.

22.1.3.1. Nos termos da Lei nº 12.546/2011, Art. 7º, III, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta das empresas do setor de construção civil.

22.1.3.2. A opção da desoneração por serviço ou para toda a empresa se dá quando a empresa é contratada por empreitada total, que é aquela na qual a empresa assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização do serviço, que é o caso presente.

22.1.3.3. Atualmente, a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB - para as empresas da construção civil é de 4,50 %, e tal alíquota entra na composição do BDI, na parte relativa aos impostos.

22.1.3.4. Para a presente contratação, a opção não desonerada proporcionou os menores custos para esta Administração.

22.1.4. O percentual de BDI, conforme detalhado no documento, segue as recomendações do art. 9º do Decreto nº 7.983/2013, assim como do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário).

22.1.4.1. Tendo em vista que alguns dos serviços, de grande relevância técnica e econômica, são tipicamente subcontratados e executados por empresas especializadas, foi adotado BDI diferenciado, conforme detalhado na Planilha Orçamentária Completa (SEI nº 0771121).

22.1.5. Os encargos sociais, conforme detalhado no documento, seguem a publicação do SINAPI para o Distrito Federal/Brasília.

22.1.6. Caberá às licitantes, ao elaborar a sua proposta, aplicar a respectiva tributação à qual estiverem efetivamente vinculadas, inclusive quanto ao regime de desoneração da folha de pagamento.

## 23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, conforme dotação abaixo discriminada:

23.1.1. Gestão/Unidade: a ser indicado no Edital;

23.1.2. Fonte de Recursos: a ser indicado no Edital;

23.1.3. Programa de Trabalho: a ser indicado no Edital;

23.1.4. Elemento de Despesa: a ser indicado no Edital;

23.1.5. Plano Interno: a ser indicado no Edital;

23.1.6. Nota de Empenho: a ser indicada no Edital.

## 24. ANEXOS:

24.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

24.1.1. Anexo I - Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 0568690);

24.1.2. Anexo II - Mapa de Risco - Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 0573814);

24.1.3. Anexo III - Termo de justificativas técnicas relevantes (SEI nº 0771120);

24.1.4. Anexo IV - Caderno de encargos e Especificações Técnicas (SEI nº 0635803);

24.1.5. Anexo V - Projetos de Engenharia - Arquitetura (SEI nº 0635805);

24.1.6. Anexo VI - Projetos Engenharia - Estruturas (SEI nº 0635806);

24.1.7. Anexo VII - Projetos Executivos de Instalações Hidrossanitárias (SEI nº 0635807);

24.1.8. Anexo VIII - Projetos Executivos de Instalações Elétricas e de Rede Lógica (SEI nº 0771326);

24.1.9. Anexo IX - Planilha Orçamentária de Referência (Completa) (SEI nº 0771121), contendo:

a) aba inicial, para auxiliar as licitantes a chegarem ao valor da proposta;

b) o Orçamento Sintético Estimado;

c) o Cronograma Físico-Financeiro da execução contratual;

d) a Curva ABC de Serviços;

e) a Curva ABC de Insumos;

f) o memorial de cálculo dos encargos sociais;

g) o memorial de cálculo do BDI; e

h) o Orçamento Analítico Estimado, contendo as composições de preço unitárias (CPU) utilizadas.

24.1.10. Anexo X - Memória de Cálculo - Quantitativos (SEI nº 0771333);

24.1.11. Anexo XI - Memória de Cálculo - Prazo de Execução (SEI nº 0771338);

24.1.12. Anexo XII - ART de planejamento da contratação (SEI nº 0635815);

24.1.13. Anexo XIII - ARTS de elaboração dos projetos de engenharia (SEI nº 0635816);

24.1.14. Anexo XIV - Modelo - Declaração de Não Vistoria (SEI nº 0635820);

24.1.15. Anexo XV - Modelo - Declaração de Vistoria (SEI nº 0635822);

24.1.16. Anexo XVI - Modelo - Relação Nominal (SEI nº 0635824);

24.1.17. Anexo XVII - Modelo - Ficha de Agendamento de Fornecedor (SEI nº 0635825);

24.1.18. Anexo XVIII - Modelo - Relatório Diário de Ocorrências (RDO) (SEI nº 0635826);

24.1.19. Anexo XIX - Modelo - Ordem de Início dos Serviços (OS) (SEI nº 0635828);

24.1.20. Anexo XX - Instrumento de Medição de Resultados (IMR) (SEI nº 0635830);

24.1.21. Anexo XXI - Modelo - Ficha para Avaliação de Resultados, conforme IMR (SEI nº 0635832);

24.1.22. Anexo XXII - Relatório de Pesquisa de Preços - Divisórias e Portas (SEI nº 0771136); e

24.1.23. Anexo XXIII - Cotações (Divisórias e Portas) (SEI nº 0771140).

Brasília, 18 de janeiro de 2023.

Coordenação de Engenharia e Obras

Este Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo Ordenador de Despesas ou outra Autoridade Competente, bem como os elementos contidos no orçamento estimativo, no caderno de encargos e especificações técnicas e no cronograma físico-financeiro de desembolso.

Documento assinado eletronicamente

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -